

| 1031 | A DISPERSÃO URBANA NA MICRORREGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) E SEUS PADRÕES DE URBANIZAÇÃO

Raquel Torrano Araruna, Júlio Cláudio da Gama Bentes

Resumo

A urbanização tem assumido formas e ritmos surpreendentes na escala planetária desde a segunda metade do século XX, quando ocorreram significativas mudanças no cenário mundial. O processo de urbanização, com suas diversidades e particularidades, modificou-se e continua a se alterar, sendo percebido tanto na escala regional quanto na intraurbana. Aliado às mudanças na urbanização está o crescente processo de dispersão, que dá vida a novas territorialidades, com configurações peculiares. A dispersão urbana é mais evidente em lugares onde os índices de urbanização são mais elevados. Nota-se que nessas localidades existe a formação de áreas metropolitanas e aglomerados urbanos que possuem uma ou mais centralidades e que determinam, ao seu redor, áreas dispersas. O trabalho examina o estágio atual da urbanização e as motivações que geram os modos contemporâneos de vida urbana na microrregião de São José dos Campos, no estado de São Paulo. Neste estudo são indicados e analisados os padrões de urbanização com características de dispersão. As áreas dispersas foram delimitadas a partir de imagens aerofotométricas recentes da microrregião, sendo caracterizadas conforme os padrões de urbanização, o uso e a ocupação predominantes. Para a determinação destas últimas características realizou-se pesquisas de campo e levantamentos fotográficos, complementando a análise dos padrões de dispersão.

Palavras-chave: urbanização dispersa, padrões de urbanização, formas urbanas, espaço intraurbano, microrregião de São José dos Campos.

1. Introdução

A urbanização tem assumido formas e ritmos surpreendentes na escala planetária desde a segunda metade do século XX, quando ocorreram significativas mudanças no cenário mundial¹. O processo de urbanização, com suas diversidades e particularidades, modificou-se e continua a se alterar em cada continente, país, macro, meso ou microrregião, podendo ser percebido tanto na escala regional quanto na intraurbana. Aliado às mudanças na urbanização está o crescente processo de dispersão, que dá vida as novas territorialidades, com configurações peculiares.

De 1950 aos anos 2000, ocorreu a integração do Brasil ao mercado internacional, sua modernização, expansão e, conseqüentemente, a homogeneização dos modos de

¹ Essas mudanças são marcadas pelos seguintes acontecimentos: as grandes migrações rural-urbanas nos países periféricos, que produziram o crescimento demográfico nos meios urbanos; o surgimento de regiões com população totalmente urbanizada; a intensificação do processo de industrialização e da dispersão das fábricas ao redor dos polos produtivos; a universalização dos polos e padrões de produção, que multiplicaram as áreas metropolitanas; e finalmente a universalização dos modos de vida e de consumo, que foram "metropolitanizados". O conjunto dessas mudanças gerou novas territorialidades, com modificações nas configurações das formas urbanas (REIS, 2007).

produção e de consumo. Isso levou a um processo de metropolização que estendeu as formas de vida para um contexto mais amplo, atingindo as fronteiras econômicas dos quatro cantos do país. Segundo Reis (2007) em 1950 éramos rurais, em 1970 urbanos e em 2000, enfim, metropolitanos.

Os novos modos de organização da vida urbana, dispostos na escala da metrópole, se apresentam cada vez mais diferentes e mais dispersos. O processo de urbanização dispersa é mais evidente em lugares onde os índices de urbanização são mais elevados. Pode-se notar que nessas localidades existe a formação de áreas metropolitanas, em geral de porte médio, que possuem uma ou mais centralidades que determinam, ao seu redor, áreas urbanizadas dispersas (REIS, 2007).

O estado de São Paulo acompanhou as mudanças no cenário nacional entre 1950 e 2000, mas agregando a elas proporções fenomenais. Atualmente é um dos estados brasileiros onde a dispersão se apresenta mais evidente, pois cerca de 95% de sua população reside em áreas urbanas e grande parte dessa parcela se localiza em áreas metropolitanas, no que Reis (2006) define como Sistema Integrado de Áreas Metropolitanas.

Na última década a dispersão urbana em São Paulo se acentuou devido as mudanças na dinâmica urbana. Como resultado, as formas gerais da dispersão passaram a apresentar padrões de urbanização diversificados, necessitando-se, assim, de estudos mais específicos para o entendimento das particularidades de cada caso.

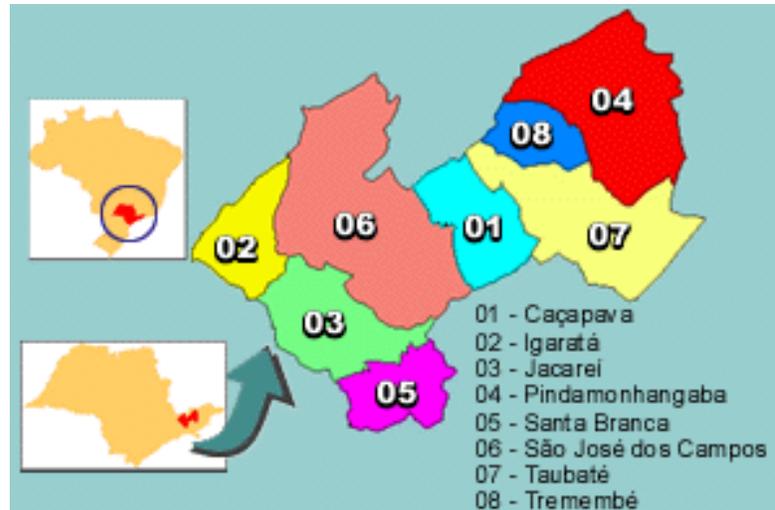
A região objeto deste trabalho é a microrregião de São José dos Campos², localizada na recém constituída Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e ao longo do vale do Rio Paraíba do Sul, na porção oriental do estado de São Paulo. Devido a sua delimitação ao norte pela Serra da Mantiqueira e ao sul pela Serra do Mar, formando o vale, tanto a urbanização tradicional quanto a dispersão ali apresentam formato alongado, sentido Leste-Oeste, estruturando-se a partir da Rodovia Presidente Dutra. Esse eixo viário viabilizou e influenciou a dispersão urbana em suas proximidades.

O trabalho analisa a urbanização desta microrregião entre os anos 2000 e 2012 e caracteriza o estágio atual da dispersão urbana. São ainda observadas as motivações que geraram os modos contemporâneos de organização da vida urbana e suas consequências. Como método de caracterização e análise foram estabelecidos três padrões de urbanização com características de dispersão: 1) conectada – ligada à malha urbana (intraurbana) pré-existente; 2) de borda – limítrofe entre os usos urbano e rural; 3) desconectada – desligada da

² Esta microrregião é constituída pelos seguintes municípios: Igaratá, Caçapava, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Bárbara, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé.

malha urbana e circundada pelo uso rural.

Figura 1 - Localização e municípios da Microrregião de São José dos Campos.



Fonte: CityBrazil. Disponível em:

http://www.citybrazil.com.br/sp/microrregiao_detalhe.php?micro=50. Acesso em 15/10/2012.

A partir de imagens aerofotométricas recentes (2011), utilizando-se de novas ferramentas presentes no programa *Google Earth*, foram delimitadas as áreas urbanas dispersas cujas dimensões são iguais ou maiores que 3 hectares. Em seguida essas áreas foram caracterizadas conforme os padrões de urbanização mencionados anteriormente e também quanto ao uso e ocupação predominantes. Deve-se notar que para a determinação desta última característica as imagens de satélite não foram suficientes³, sendo realizadas pesquisas de campo e levantamentos fotográficos de modo a complementar a análise prévia. Além disso, foram constatadas significativas informações sobre a evolução das formas de urbanização da microrregião, através de imagens antigas do *Google Earth* (2004, 2008, 2010).

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP)⁴, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2. Conceituação da Dispersão Urbana

³ Essas imagens possuem certa limitação de aproximação (zoom) e podem induzir a imprecisões.

⁴ Em 2012 o LAP completou 20 anos, sendo o primeiro laboratório de pesquisa da FAU-USP. Os temas pesquisados no laboratório cobrem principalmente as seguintes áreas: história da urbanização (com ênfase na urbanização do Brasil e na urbanização contemporânea), iconografia urbana (incluindo cartografia histórica, estampas, desenhos, projetos, documentação fotográfica), arquitetura no Brasil, habitação popular e problemas de preservação de cidades históricas, conjuntos urbanísticos e edifícios.

A urbanização dispersa é, evidentemente, consequência de uma ruptura entre modernidade e contemporaneidade, de uma brusca mudança nas relações entre sociedade, economia e território.

O primeiro autor a perceber e descrever estas transformações foi o economista e professor da Universidade de Berkeley Melvin Webber, ainda durante a década de 1960-70. Webber observou o rompimento da antiga coincidência histórica entre a organização social e a espacial, com a extrapolação dos processos sociais para além dos limites da cidade, manifestada pela multiplicação das relações sociais através das redes de comunicação. Isso marcou o começo do que denominou de “era da pós-cidade”, com uma sociedade eminentemente urbana⁵.

Para Webber (1968), as antigas cidades se tornaram obsoletas e devem desaparecer no interior da dispersão urbana, que se desenvolve extensamente pelo território. Essas cidades serão substituídas por um novo modo de urbanidade, o domínio urbano, com uma sociedade urbana em ampla escala, cada vez mais independente da cidade.

Assim, as relações sociais passam a estar, cada vez mais, apoiadas nas redes de comunicação e informação e organizadas em comunidades, sejam elas físicas ou virtuais. Os processos sociais se desenvolvem em diversas escalas espaciais – da local até a mundial – e nas inter-relações entre elas. Ultrapassa-se os limites físicos das cidades e metrópoles, que são fixados de maneira arbitrária, atingindo a cosmopolitização sem fronteiras (WEBBER, 1964, 1968).

É crucial no pensamento de Webber a percepção do descompromisso com os conteúdos espaciais tradicionais de localização, formalismo (da forma urbana) e de enraizamento. Isso condena as cidades, como sinônimo tradicional de espaço urbano, à obsolescência.

A extrapolação do urbano percebida por Webber se baseia na tecnologia, com o desenvolvimento das técnicas de transporte e comunicação. Françoise Choay (2006) atribui demasiada importância a Webber, por ele ter entendido a tecnologia não como um meio, mas como fato social global, ligado as dimensões físicas e mentais da sociedade.

Em 1970 o sociólogo Henri Lefebvre salientou a hipótese da urbanização completa da sociedade, por ele comprovada. Ou seja, o aparecimento da sociedade urbana, resultado da urbanização completa que se estende sobre territórios cada vez mais amplos:

⁵ Choay (2006) destacou que enquanto outros autores continuavam a pensar na dualidade entre cidade e campo, Webber foi o primeiro a perceber a transformação em curso, descrevendo os sinais do processo.

regiões, nações e continentes. O tecido urbano se amplia, expandindo o predomínio do urbano sobre o campo (LEFEBVRE, 1999).

As transformações que a sociedade contemporânea vêm sofrendo são designadas por Lefebvre como a “Revolução Urbana”, passando-se do período anterior de crescimento e industrialização para um novo, em que a sociedade urbana e sua problemática ficam em primeiro plano. No ápice dessa “revolução” ocorreu o que Lefebvre denominou como a implosão-explosão da cidade:

[...] a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc) [...] Ao mesmo tempo, o fenômeno urbano é colossal; sua prodigiosa extensão-expansão não pode ser limitada (LEFEBVRE,1999, p.26,157).

Na implosão-explosão da cidade ocorreu a extensificação do tecido urbano sobre o território, o que levou à dissolução da urbanidade, tornando difícil a distinção entre urbano e rural. Houve a superposição do crescimento populacional com o crescimento das trocas comerciais, multiplicadas e ampliadas até alcançar o mercado mundial (globalização), envolvendo produtos, mas também, obras, ideias e mão de obra. Na generalização deste processo a realidade urbana torna-se causa e razão, com a problemática urbana impondo-se à escala mundial. Porém, a emergência complexa das novas funções e estruturas urbanas ocorre sem que, necessariamente, as antigas desapareçam por completo (LEFEBVRE,1999).

A nova configuração da sociedade remete à comparação feita pelo arquiteto e historiador Bernardo Secchi:

Talvez, porém, muito simplesmente, como os porcos-espinhos de Schopenhauer, a sociedade contemporânea, movida por novas práticas cotidianas e por novas temporalidades, está à procura de uma “justa distância” ou, mais precisamente, de novas relações espaciais (SECCHI, 2007, p.119).

O arquiteto Flávio Villaça (2001) ao perceber que a terminologia “espaço urbano” passou a ser mais associada aos espaços urbanos genéricos e ao elemento urbano do espaço regional, formulou o termo “espaço intraurbano” em que considera ser uma redundância necessária para a definição do espaço urbano interior ao tecido urbano da cidade.

Para esse autor, a maneira mais importante de distinção entre o espaço intraurbano e o espaço regional relaciona-se aos transportes e comunicações. Em ambos os espaços, os deslocamentos de materiais e pessoas possui um “poder estruturador” superior ao dos deslocamentos de energia e informações. Porém, na estruturação do espaço regional prevalecem os deslocamentos de informações e energia, como também, do capital e das mercadorias em geral, considerando-se ainda, o deslocamento eventual da “mercadoria força de trabalho” (VILLAÇA, 2001, p. 20).

Segundo o também arquiteto e professor Nestor Goulart Reis (2006), o processo de urbanização dispersa, em termos do espaço regional, é caracterizado pelo esgarçamento do tecido urbano dos principais centros com a formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, que são integrados às áreas metropolitanas ou aos aglomerados não metropolitanos, valendo-se de um sistema de vias de transporte interregionais (ferroviários, rodoviários, dentre outros). Esse sistema, por sua vez, passa a ser utilizado como apoio ao transporte diário intrametropolitano de passageiros. São adotados modos de vida e consumo metropolitanos, com as atividades cotidianas dispersas pelo território. Já na escala intraurbana o processo de dispersão provoca uma alteração perceptível do tecido urbano.

As mudanças no tecido urbano são mais evidentes nas novas formas de expansão e renovação da malha urbana, pois a partir delas pode-se confrontar o tecido tradicional com o expandido - disperso. Os padrões de urbanização do tecido tradicional limitavam as possibilidades e aspirações dos novos modos de vida metropolitanos. A configuração urbana comum precisou mudar radicalmente.

Ainda de acordo com Reis (2006), essas novas modalidades de tecido urbano estão presentes em áreas geralmente afastadas do tecido tradicional, apresentando-se como descontinuidades, núcleos isolados, empreendimentos de grande porte em vazios urbanos nas áreas consolidadas, renovações urbanas e reconstruções em áreas degradadas. Os empreendimentos tornaram-se complexos, não se caracterizando apenas como loteamentos, passando a ter infraestruturas, serviços, espaços e equipamentos de uso coletivo. Além disso, normalmente apresentam tratamento paisagístico diversificado, que se diferencia na malha urbana tradicional.

Esses empreendimentos desconectados dos núcleos urbanos consolidados são catalisadores dos novos processos de ocupação e organização do território, formando núcleos urbanos, mas sem a estrutura tradicional de referência. Os empreendimentos possuem um efeito multiplicador para a ocupação de diferentes áreas, que passam a receber

projetos empresariais e megaeventos, utilizados como alavanca do novo processo de urbanização e da formação de novas centralidades.

O uso e ocupação do solo no processo de dispersão urbana é diversificado, abrangendo diversos tipos de atividades:

- Indústrias, inclusive condomínios de fábricas;
- Comerciais, como os *shopping centers* de variadas formas, sendo o tipo mais comum o *mall*, de ocupação extensiva e plana no terreno;
- Escritórios e serviços – universidades, médicos, culturais, de entretenimento, turísticos e de lazer –, podendo ter o padrão morfológico de *campus*;
- Residenciais populares, com bairros que ocupam áreas extensas, normalmente associados às áreas industriais, e que atendem aos trabalhadores de todas atividades produtivas;
- Residenciais para a classe média, com loteamentos e condomínios fechados horizontais e, em alguns casos, bairros com edifícios verticais.

3. A Dispersão Urbana no Brasil

No Brasil, o fenômeno da dispersão teve início nos anos 1950, mas só adquiriu importância na década de 1970, passando a ser mais evidente nos anos 1980 e 1990. Desde sua origem, esse processo contínuo e crescente tem se mostrado reestruturante, tanto para a cidade quanto para o campo, pois, apesar de ser um fenômeno eminentemente urbano, ele traz consequências inevitáveis para o meio rural.

O processo de dispersão urbana acompanhou a abertura do país para as novas formas de organização empresarial e do capital financeiro, em muitos casos de origem internacional, que tem o objetivo de aumentar a produção e, principalmente, difundir o modo de consumo padronizado. Nessa modernização as atividades de comércio e serviços adotaram métodos de concentração e racionalização semelhantes às industriais.

Para Reis (2007), as novas formas de produção e consumo permitem a adoção de modos metropolitanos de vida, em que as formas tradicionais do tecido urbano não conseguem responder facilmente a essas aspirações. Estes modos metropolitanos são mais evidentes em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, mas podem ser percebidos em todas as regiões brasileiras. Eles também estão presentes nas aglomerações urbanas que, na prática, possuem características de vida semelhantes as das metrópoles, principalmente nas formas de produção e consumo.

Em 50 anos, entre 1950 e 2000, passamos simultaneamente por um conjunto de mudanças, que em outros países geralmente foram vividas separadamente, por etapas, envolvendo muitas gerações. Como na escala mundial, a primeira mudança foi o crescimento demográfico. Tínhamos 52 milhões de habitantes em 1950 e chegamos a 170 milhões em 2000. Foram quase 120 milhões a mais, em 50 anos. A segunda mudança foi a rápida urbanização. Em 1950 eram apenas 19 milhões de habitantes urbanos. Em meio século nossas cidades acolheram quase 120 milhões de habitantes, enquanto a população rural ficou estável. Em meio século urbanizamos uma população equivalente à da Espanha e a França somadas. Éramos rurais e nos tornamos urbanos (REIS, 2007, p. 42)

Ainda segundo esse autor, a dispersão urbana no Brasil está claramente relacionada às mudanças no tecido urbano e geram “novas territorialidades”, sendo um processo complexo e diversificado. A maneira com que a dispersão urbana acontece nem sempre é idêntica, pois ocorre em dimensões territoriais e escalas populacionais muito diferenciadas entre si. No entanto, as políticas de planejamento no país durante os últimos cinquenta anos mostraram-se ineficazes para lidar com as novas formas de urbanização.

A geógrafa Maria da Encarnação Spósito (2007), ao estudar os padrões da ocupação urbana no Estado de São Paulo, compreendeu que a dispersão urbana não trata apenas das novas formas urbanas, mas também de novas práticas sócio-espaciais, com realidades dinâmicas que, em muitos casos, promovem o aumento das diferenças. As formas da urbanização dispersa que ocorrem no Estado de São Paulo são muito semelhantes às europeias. Porém, em termos de práticas sócio-espaciais há diferenças significativas, relacionadas principalmente à mobilidade e imobilidade: os segmentos sociais de médio e alto poder aquisitivo possuem maior mobilidade espacial, enquanto os seguimentos de menor renda têm maior territorialização ou imobilidade. O sistema de transporte brasileiro não é tão eficaz e não está acessível, no mesmo nível, para todos os segmentos sociais. Ou seja, existem periferizações diferentes para pobres e para ricos, com grande diferença na distribuição dos equipamentos.

Os processos, dinâmicas e novos padrões de urbanização, com a tendência de produção de tecidos urbanos descontínuos, ocorrem em escalas territoriais diversificadas, tanto em regiões metropolitanas de grande porte quanto em aglomerações urbanas não

metropolitanas com menos de 200 mil habitantes. Essa desconcentração urbana ocorre em diferentes escalas, mas também na relação entre elas (SPÓSITO, 2007).

A estruturação urbana dispersa é orientada por movimentos econômicos que sustentam e ampliam a urbanização. Esta estruturação possui padrões de urbanização constituídos por poli-nucleação e também por eixos, sendo induzidos, em muitos casos, pelas rodovias. Com isso, as dinâmicas urbanas estão se tornando cada vez mais complexas.

4. Os Padrões da Urbanização Dispersa

O processo de dispersão urbana leva a uma mudança de estado tão radical que, conseqüentemente, se tem a superação dos conceitos de cidade e de campo – urbano, suburbano e rural. A dispersão está em constante mutação e seu estudo deve procurar aprimorar continuamente os critérios de análise.

A dispersão, que anteriormente relacionava-se a uma única centralidade, na atualidade abrange múltiplas centralidades urbanas.

No entanto, afirmar que as novas urbanizações estão “simplesmente” dispersas não nos parece mais suficiente. Para trabalhar com o objeto de estudo, a microrregião de São José dos Campos, foi necessário considerar uma divisão por padrões de urbanização. A partir de medições e marcações das manchas urbanas recém-formadas, realizadas com base nas imagens do *Google Earth*, foram separados e estabelecidos os seguintes padrões:

- Urbanização conectada à malha urbana (intraurbana);
- Urbanização de borda – limítrofe entre o uso urbano e o rural;
- Urbanização desconectada da malha urbana – circundada pelo uso rural.

O primeiro padrão é identificado a partir de manchas conectadas à malha urbana, que são geralmente as mais próximas ao antigo centro do município e são melhor entendidas como uma consolidação do tecido.

Já o segundo padrão é o de manchas de borda, que são compreendidas como uma expansão do urbano sobre o rural. Porém, é importante ressaltar que estes dois primeiros padrões não deixam de ser formas dispersas no espaço, tanto pela presença da infraestrutura rodoviária quanto pela proximidade dos municípios, com mobilidade regional e interurbana.

Essa facilidade de locomoção, aliada a urbanização dispersa das décadas precedentes, gerou novos núcleos urbanos que funcionam na atualidade como centralidades, ou melhor, como subcentralidades. Isto significa que uma mancha urbana pode se apresentar

como uma expansão do tecido em relação a um centro, mas também pode ser uma dispersão em relação a outro centro/subcentro. Acaba não sendo mais possível afirmar com certeza qual mancha se relaciona a qual centralidade, já que na verdade, ela se relaciona com mais de uma centralidade/subcentralidade ao mesmo tempo. Nesse momento e nessa escala as relações tornam-se complexas, não sendo mais fixas de um ponto para outro e abrangendo as escalas metropolitana e regional.

- Os padrões elaborados para a análise da urbanização dispersa seguem as seguintes definições:

- Os loteamentos “conectados” são todos aqueles que estão imersos no espaço intraurbano. Todos os lados do polígono devem estar conectados de alguma forma com a malha urbana, mesmo que ela esteja parcialmente fragmentada, isto é, mesmo que possua lotes vazios limítrofes, contanto que estes últimos também estejam imersos no tecido urbano⁶.

- Os loteamentos “de borda” são aqueles que possuem mais da metade do perímetro total do polígono, em que se inserem, no limite com o uso rural. As barreiras físicas (corpos d’água, vegetação nativa, dentre outros) são entendidas como formas de isolamento da malha urbana. Por isso, loteamentos que tenham divisas com estas barreiras são também considerados de borda. Grandes condomínios particulares são também considerados loteamentos de borda, por possuírem parte dos seus muros divisores voltados para malha urbana, mas sem integração ou nenhum acesso a mesma.

- Para os loteamentos “desconectados” considerou-se que todos os lados do polígono em que estes se inserem fazem limite com o solo de uso rural ou com barreiras físicas que impossibilitem o acesso de automóveis. Entende-se que este tipo de loteamento possui um único modo de acesso regular, isto é, uma única via pública asfaltada. A acessibilidade pelo automóvel foi utilizada como fator limitante, pois foi verificada a existência de loteamentos desconectados que são acessados por mais de um lado, em geral por estradas vicinais estreitas transitáveis apenas por pedestres ou veículos de pequeno porte.

5. A Dispersão Urbana e seus Padrões de Ocupação na Microrregião de São José dos Campos

⁶ Pela falta de informação sobre o uso e ocupação do solo de cada município, não foi feita a distinção entre lote rural ou urbano para lotes vazios imersos no tecido urbano. Assim, se considerou que todos os lotes vazios dentro do tecido da cidade são passíveis de ocupação urbana.

O recorte espacial deste estudo se insere na chamada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), divisão político-administrativa que possui 2.264.594 habitantes e uma área total de 16.179,95 km² (EMPLASA, 2012). Esta região metropolitana possui conexão com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, além da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e faz parte do eixo de ligação entre as metrópoles paulista e fluminense, através da rodovia Presidente Dutra⁷ e da antiga ferrovia Central do Brasil. Na RMVPLN se insere a Microrregião de São José dos Campos, que por sua vez é composta por oito municípios. No entanto, apenas seis municípios são contemplados neste trabalho: Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba. A escolha deste recorte se deu pela importância da microrregião como polo industrial e tecnológico de caráter nacional.

A partir da década de 1880 a monocultura cafeeira se desenvolveu fortemente no Vale do Paraíba paulista. Com a decadência do café, a partir de 1929, passou-se para a produção de leite. Finalmente em meados do século XX, acompanhando o grande impulso desenvolvimentista brasileiro, a região passou a receber importantes investimentos industriais estatais e privados, que concedem novamente força econômica ao vale. Assim, a região retorna como referência para o cenário nacional.

A intensificação da urbanização na microrregião em estudo remete aos tempos da descentralização industrial, a partir da década de 1950-60, quando as indústrias começaram a se estabelecer. Esta urbanização se concentrou principalmente ao longo dos eixos da rodovia Presidente Dutra e da ferrovia Central do Brasil, que ainda na atualidade funciona para o transporte de cargas.

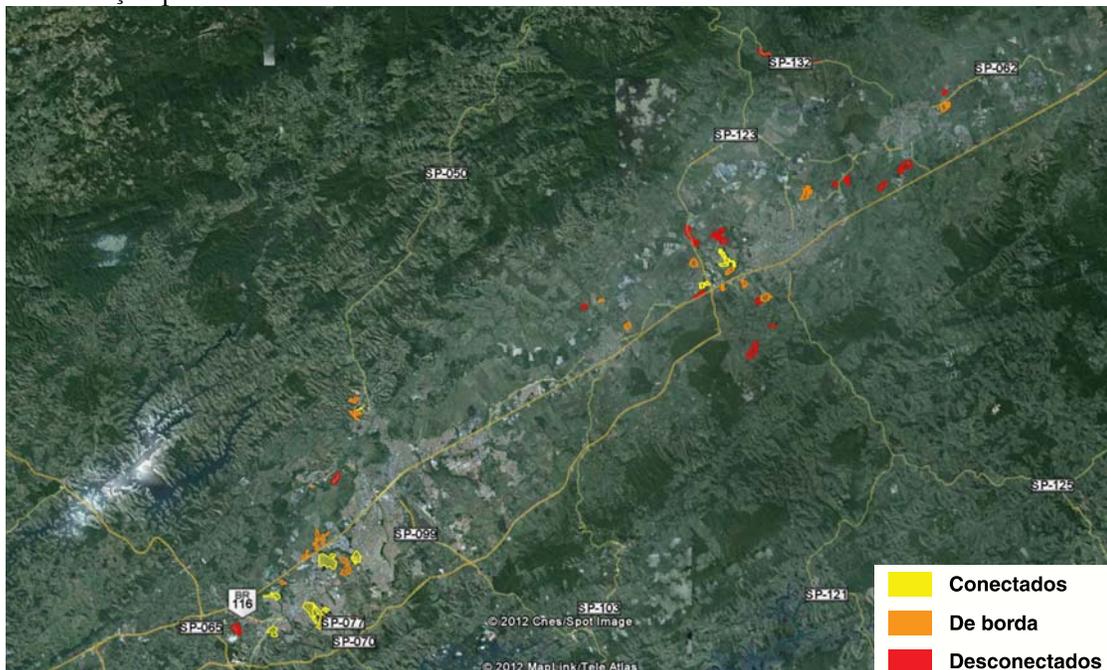
A urbanização do Vale do Paraíba paulista é formada por um *continuum* em escala interurbana - metropolitana. Na segunda metade da década passada (2000-2010), a urbanização do trecho já possuía cerca de 90 km de extensão e largura variável entre 10 e 20 km (REIS, 2007). Os maiores núcleos urbanos da microrregião em estudo, considerando o número de habitantes, são os municípios de São José dos Campos e Taubaté.

Já a dispersão urbana na microrregião tem origem entre os anos 1970 e 1980, com a explosão demográfica no país. Ela segue o eixo das principais rodovias que cortam o Vale do Paraíba paulista. Essas vias são os elementos que viabilizam e orientam a expansão e a dispersão na região.

⁷ Rodovia integrante da BR-116, que liga o Nordeste ao Sul do país.

O estudo do processo de dispersão urbana não deve se prender somente à escala regional. Deve-se analisar também este processo no espaço intraurbano⁸, em que a dispersão se apresenta como uma fragmentação do tecido urbano, muitas vezes com elementos parcial ou totalmente isolados, como uma malha urbana recortada.

Figura 2 - Foto Aérea com a urbanização da Microrregião de São José dos Campos, formando um *continuum* ao longo da Rodovia Presidente Dutra. Em destaque os padrões de urbanização predominantes.



Fonte: Google Earth (2012), modificada pelos autores.

Como explicitado por Reis (2006), as obras de implantação dos empreendimentos industriais na microrregião (como também em outras regiões do Brasil) trouxeram consigo a instalação de bairros residenciais nas proximidades das fábricas, ambos dispersos. Esses bairros foram ocupados pela população de baixa e média-baixa rendas, com os residentes sendo, em geral, trabalhadores da construção civil e suas famílias. Devido à verba limitada, estes trabalhadores acabavam por construir suas próprias casas, configurando bairros inteiros com autoconstruções. No final das obras de instalação das indústrias somente parte da mão de obra foi empregada. Assim, grande parte dos trabalhadores acabaram permanecendo no entorno destes empreendimentos, formando favelas dispersas.

A origem dos bairros dispersos destinados às faixas de renda mais elevadas (média e alta) também relaciona-se à dispersão industrial ao longo das rodovias. A dispersão estimulou modos diferenciados de mobilidade dos trabalhadores industriais que se incluem

⁸ Como na definição dada por Villaça (2001).

na faixa de renda média. Uma parte dos trabalhadores dessas indústrias continuou a residir na cidade de São Paulo, se deslocando diariamente com seus automóveis ou em ônibus fretados pelas empresas. Outros tantos perceberam as vantagens financeiras de residir nos municípios da microrregião, ou ao redor deles, onde os custos da terra e dos imóveis eram muito inferiores e, ao mesmo tempo, as distâncias a serem percorridas diariamente eram menores. Houve ainda uma terceira parte dessa mão de obra que optou por inverter o sentido de sua mobilidade, residindo em municípios que não eram os das indústrias em que trabalhavam, passando a se locomover da periferia em direção aos novos centros (REIS, 2006).

Assim, com o processo de dispersão residencial, as áreas consideradas até então rurais passaram a ser urbanizadas com loteamentos fechados e/ou condomínios horizontais. As hipóteses elencadas por Nestor Goulart Reis para esta dispersão residencial são: motivações econômicas, principalmente os baixos preços dos terrenos dispersos; busca de maior segurança contra a violência da metrópole paulista; procura por uma maior intimidade no modo de vida.

A dispersão residencial motivou a dispersão do comércio e serviços. Na continuidade do processo de dispersão urbana na microrregião, os novos núcleos urbanos começaram a se consolidar enquanto outros surgiam ainda mais dispersos.

A partir do levantamento de campo, realizado em meados de 2012, pode-se perceber que a maior parte das manchas analisadas na evolução urbana entre 2000 a 2012 dizem respeito a uma nova dispersão residencial. A dispersão das faixas de baixa renda continua, em geral, formada por autoconstruções em terreno rurais.

Constatou-se a existência de empreendimentos residenciais públicos dispersos, tanto federais como estaduais e municipais. Eles se configuram a partir de investimentos em programas habitacionais, onde, de modo geral, os moradores financiam a casa própria, como no Programa Minha Casa Minha Vida. Os projetos deste tipo, analisados no levantamento de campo, possuem urbanização uniforme, com infraestrutura nova e unidades unifamiliares padronizadas. Porém, dois problemas são imediatamente notados: a grande distância entre os empreendimentos populares e os núcleos urbanos principais; a falta de integração com o entorno, o que compromete a qualidade urbanística dos projetos.

Já os empreendimentos residenciais privados se apresentam na forma de condomínios fechados e projetos complexos. Foram observados diversos investimentos destinados à classe média. Em geral, são condomínios que imitam aqueles voltados para as faixas de renda mais elevadas, porém, com simplificações nos serviços oferecidos pelo

condomínio, além da diminuição no tamanho dos lotes e a simplificação do acabamento das residências.

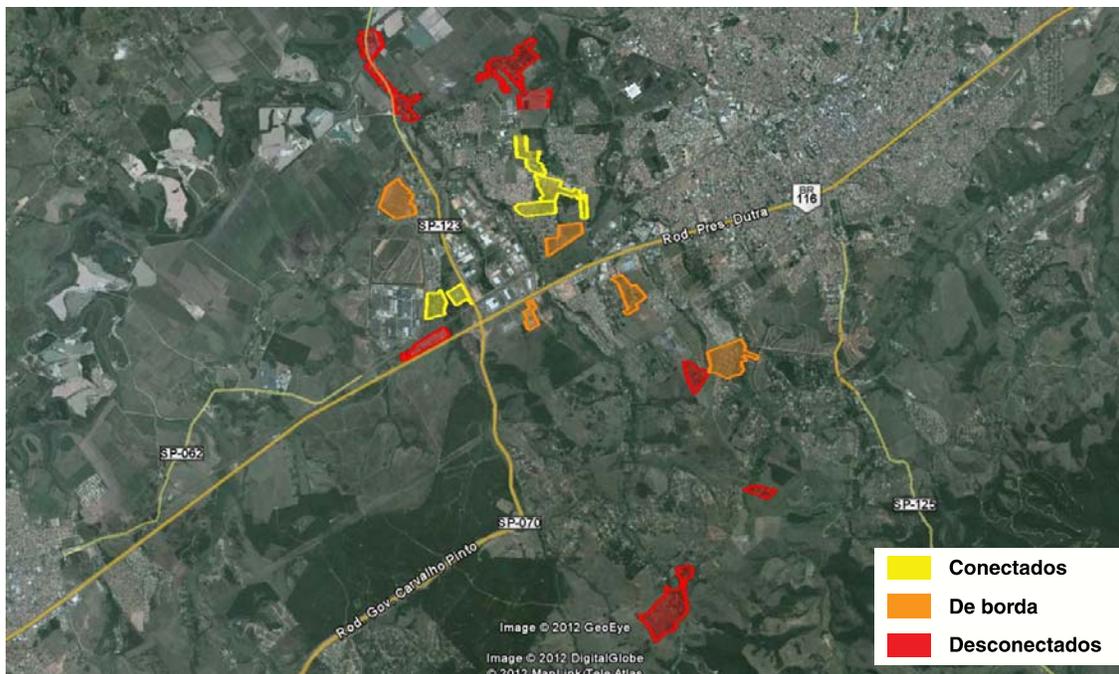
Relativo ao uso industrial, podemos notar alguns novos loteamentos para plantas fabris na área analisada. Entre as rodovias Presidente Dutra e Vito Ardito (SP-062), no limite oeste da urbanização do município de Taubaté, encontra-se em fase de terraplanagem um loteamento industrial. Este projeto apresenta-se como consolidação do tecido urbano, já que dá continuidade à urbanização presente no local.

Mais a frente, seguindo pela rodovia Presidente Dutra em direção ao centro de Taubaté, encontra-se uma fábrica de produtos eletrônicos, também um loteamento de borda.

Já o loteamento do Parque Empresarial Santa Rita se constitui como expansão do tecido urbano sobre o rural. Apesar de aparentar mais a configuração de um loteamento desconectado do que de borda, este empreendimento é um prolongamento de um parque industrial e empresarial já consolidado, também próximo à rodovia Presidente Dutra no município de Pindamonhangaba.

Quanto aos usos de comércio e serviços, no período entre 2000 e 2012, há poucos equipamentos de grande porte novos. O que se percebeu foi a existência de muitos terrenos em fase de terraplanagem, que abrigarão empreendimentos de comércio e serviço. Um dos novos equipamentos comerciais é o Shopping Via Vale Garden, no município de Taubaté.

Figura 3 – Foto Aérea com parte da área urbana do município de Taubaté e exemplos dos padrões de urbanização.



Fonte: *Google Earth* (2012), modificada pelos autores.

A limitação inicial do estudo se deu pela impossibilidade de localização dos empreendimentos de pequeno e médio porte através do método de delimitação das manchas utilizando-se o programa *Google Earth*. Com a posterior realização do levantamento de campo, *in loco*, pode-se perceber a existência de alguns novos comércios e serviços locais.

O transporte rodoviário promove a dispersão, com o sistema viário sendo ramificado através de estradas secundárias e/ou vicinais, sem exigir grandes recursos e nem planejamento prévio. Assim, os empreendimentos de comércio e serviços passaram a se localizar tanto ao longo dos grandes eixos rodoviários como nas suas proximidades, configurando o uso misto ao longo de diversas vias.

Pode-se perceber, também, o desenvolvimento de um tipo de atividade econômica mais recente, denominada rural-metropolitana ou, simplesmente, “novo rural” (SILVA, CAMPANHOLA, 2000). As atividades relacionadas a este uso são produzidas em área rural, mas que possui uma determinada urbanização, e têm como objetivo aproximar as pessoas da natureza através do ecoturismo. Configura-se por manchas de baixa densidade, percebidas no mapeamento com imagens do *Google Earth*, mas que apresentam continuidade ao longo da rodovia Caio Gomes Figueiredo (SP-132, que conecta Pindamonhangaba à estrada que leva a Campos do Jordão).

Com a ida a campo constatou-se que parte dos loteamentos haviam surgido como segundas residências, localizados em distritos dispersos com relação ao núcleo central do município de Pindamonhangaba. Muitas destas segundas residências acabaram se tornando residências permanentes (primeiras).

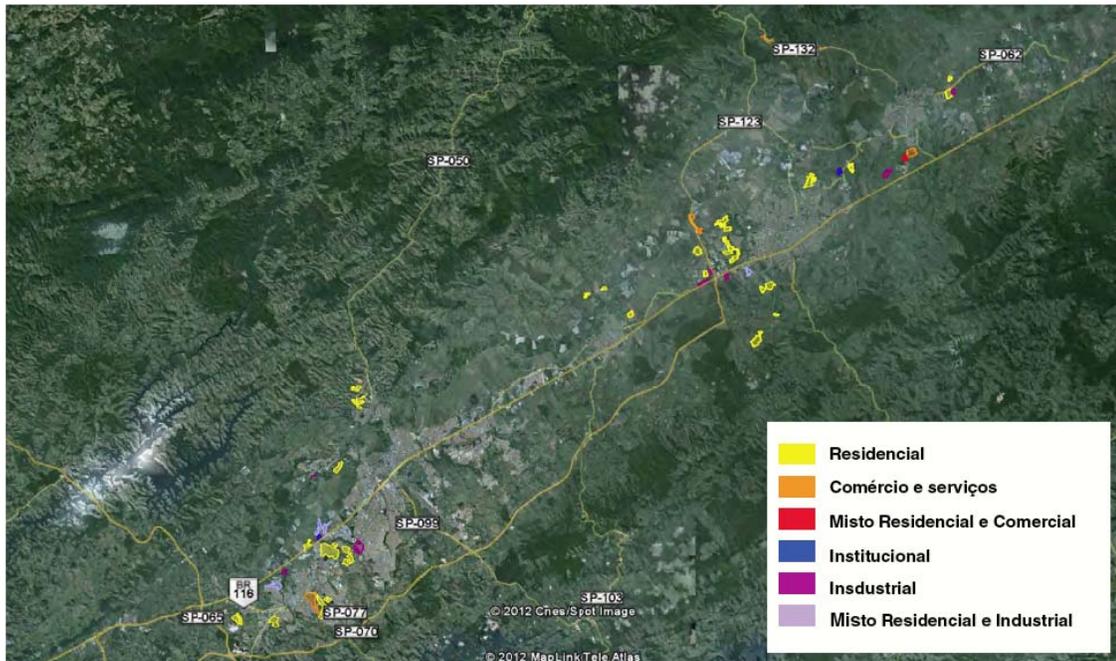
Os distritos onde este novo uso apareceu desenvolveram-se formando pequenos núcleos que atraem comércio e serviços locais, enriquecidos através do turismo ecológico. Pode-se observar diversos hotéis fazenda que servem tanto como destino final para fins de semana, como parada intermediária para outros destinos. Esses empreendimentos prometem resgatar o contato com o cenário bucólico em que se inserem, enfatizando a rejeição à vida urbana, metropolitana e caótica.

As áreas residenciais dispersas analisadas neste trabalho, tanto aquelas ocupadas por faixas de baixa renda como aquelas de média e alta rendas, enfrentam problemas de qualidade do projeto de ordem urbanística ou arquitetônica. Nas ocupações dos usos industrial, comercial e de serviços também nota-se alguns problemas, porém em menor escala, já que esses investimentos são de iniciativas privadas.

A estrutura de conexão entre as ocupações dispersas e os núcleos urbanos é, em geral, deixada de lado. Para os importantes empreendimentos dispersos, já construídos ou

em implantação, o poder público atuou muitas vezes induzido pelo investidor privado, visando a implementação de projetos e medidas que facilitem o acesso a esses investimentos.

Figura 4 - Foto Aérea com a urbanização da Microrregião de São José dos Campos. Em destaque os usos do solo predominantes.



Fonte: *Google Earth* (2012), modificada pelos autores.

Já nos empreendimentos populares as conexões à rede urbana ficam a desejar. Além de se localizarem desconectados da malha urbana, esses projetos apresentam a estrutura viária de acesso precária, com falta de acessibilidade, ou imobilidade, conforme definido por Spósito (2007).

6. Considerações Finais

Enquanto numa primeira etapa as ocupações dispersas podiam ser claramente notadas, pois em sua maioria se encontravam completamente desconectadas da malha intraurbana, na segunda etapa o processo de dispersão urbana tornou-se mais elaborado. As manchas urbanas passam a estar dispersas não só em relação ao centro dos municípios, mas também em relação as múltiplas subcentralidades.

Como observado no trabalho, existem uma variedade de áreas dispersas, além de consolidações e expansões do tecido urbano, que formam novos padrões de urbanização relacionados ao processo de dispersão urbana. As definições destes padrões foram

elaboradas de maneira a facilitar o entendimento da dispersão na região estudada. Estas definições necessitam ser aprofundadas posteriormente para uma análise mais detalhada da urbanização dispersa, principalmente no que diz respeito ao processo na escala do espaço intraurbano.

O processo de urbanização dispersa é amplo e multifacetado, apresentando características diversificadas e especificidades regionais. No caso da microrregião de São José dos Campos a dispersão urbana nas diferentes atividades se mantem, com mais ou menos frequência e intensidade conforme os usos.

A falta de princípios ordenadores do espaço urbano, seja o planejamento regional e/ou o projeto de urbanismo, foi o que gerou a urbanização dispersa. Com isso, os assentamentos urbanos passaram a tragar a área rural, estabelecendo-se como ilhas urbanas. Para Bernardo Secchi (2007), o trabalho a ser feito na atualidade é o de reurbanizar através de projetos “de chão” e de infraestrutura, já que, como observado por Reis (2006), o processo de dispersão é irreversível.

Para que essa estratégia funcione é necessário estudar as formas de urbanização passadas e contemporâneas – globais e locais. A partir deste estudo é que se compreenderá a evolução do processo, de modo a articular os meios de atuação.

A falta de um planejamento integrado nas escalas metropolitana e regional acaba prejudicando o conjunto do sistema urbano. A qualidade do espaço comum a todos depende do diálogo entre os agentes públicos e empreendedores privados. Este diálogo deve ser intermediado por profissionais que planejem tanto na escala regional quanto na escala intraurbana, elaborando projetos urbanísticos de melhor qualidade e com condições de vida mais equilibradas.

A crescente influência do processo de dispersão no desenvolvimento urbano exige novas diretrizes de ação pública, empresarial e, acima de tudo, profissional. Este é o único modo de garantir que tanto os recursos públicos quanto os privados sejam devidamente empregados, assegurando a todos qualidade de vida urbana.

Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. 2006. Melvin Webber et la dématérialisation de la ville In: CHOAY, Françoise. *Pour une Anthropologie de L'Espace*, Paris, Éditions du Seuil, p.199-217.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO SA - EMPLASA. 2012. *Macrometrópole Paulista*, São Paulo, EMPLASA. Disponível em: www.emplasa.sp.gov.br Acesso em 01/06/2012.

LEFEBVRE, Henri. 1999. *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte, UFMG.

PORTAS, Nuno. 2007. Uma história, algumas hipóteses de trabalho e reflexão. In: REIS, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta. (coords). *Dispersão Urbana - diálogos sobre pesquisas no Brasil - Europa*, São Paulo, FAU-USP, p.49-58.

RAMOS, Ángel. 2004. *Lo Urbano em 20 Autores Contemporâneos*, Barcelona, Edicions UPC.

REIS, Nestor Goulart (org.). 2009. *Sobre Dispersão Urbana*, São Paulo, Via das Artes.

— . 2007. Sobre a dispersão em São Paulo. In: — ; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta. (coord.). *Dispersão Urbana - diálogos sobre pesquisas no Brasil - Europa*, São Paulo, FAU-USP, p.49-58.

— ; TANAKA, Marta. (coord.). 2007. *Brasil - estudos sobre dispersão urbana*, São Paulo, FAU-USP.

— ; — ; e PORTAS, Nuno. (coord.). 2007. *Dispersão Urbana - diálogos sobre pesquisas no Brasil - Europa*, São Paulo, FAU-USP.

— . 2006. *Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano*, São Paulo, Via das Artes.

SANTOS, Milton. 1994. O retorno do território. In: — et al (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*, São Paulo, HUCITEC, ANPUR.

SECCHI, Bernardo. 2007. In: REIS, Nestor; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta. (coords). *Dispersão Urbana - diálogos sobre pesquisas no Brasil - Europa*, São Paulo, FAU-USP, p.112-139.

SILVA, José Graziano da; CAMPANHOLA, Clayton. 2000. *O Novo Rural Brasileiro*, Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente.

SÓPITO, Maria da Encarnação Beltrão. 2009. Urbanização Difusa e Cidades Dispersas: perspectivas espaços-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart (org.). *Sobre Dispersão Urbana*, São Paulo, Via das Artes, p.38-54.

— . 2007. Descontinuidades territoriais e novas morfologias urbanas no estado de São Paulo. In: REIS, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta. (coords). *Dispersão Urbana - diálogos sobre pesquisas no Brasil - Europa*, São Paulo, FAU-USP, p.49-58.

VILLAÇA, Flávio. 2001. *Espaço Intra-urbano no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute.

WEBBER, Melvin. 1968. The Post-City Age In: LEGATES, Richard; STOUT, Frederic. *The City Reader*, Londres, Routledge, p.535-539.

— . 1964. El Lugar Urbano y el Dominio Urbano Ilocal. In: — et al. *Indagaciones sobre la Estructura Urbana*, Barcelona, Gustavo Gili, p.73-140.